

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

À Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA  
Pregoeiro CEL/SUPEL-RO  
Ilustríssima Senhor Pregoeiro

P R E G ã O E L E T R Ô N I C O  
Nº. 149/2020/CEL/SUPEL/RO

A PORTO CONSTRUÇÕES, com sede na Av. Joaquim Frazão de Lima, 209 - Central - Porto Grande - AP, inscrita no CNPJ sob nº 07.087.243/0001-58, neste ato representada por seu Representante legal o Sr. Eng. Civil Kelson Carlos Carneiro, brasileiro, Solteiro, inscrito no CPF sob o nº 513.288.603-53, vem apresentar, tempestivamente, suas RAZÕES RECURSO ADMINISTRATIVO.

#### RECURSO ADMINISTRATIVO - RAZÃO

I - Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir possíveis equívocos na Habilitação da empresa CNPJ nº 63.777.254/0001-30 ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI - doravante denominada requerida que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

Interpor por Legitimus recurso administrativo contra a decisão que a Habilitou a requerida, no Pregão acima identificado, mediante as razões de fato e direito a seguir aduzidas:

##### I - Preliminares

###### 1.1 - Da Tempestividade

De início, verifica-se que a decisão, ora apresentadas preenchem o requisito da tempestividade, pois o registro para a intenção de recurso ocorreu no dia 22 de junho de 2021, no entanto houve a suspensão e retornou dia 30/07/2021, sendo determinado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação do recurso, tendo término no dia 05/07/2021.

###### II - Dos Fatos

Trata-se de recurso administrativo interposto por Legitimus PORTO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, que se insurge contra a decisão proferida pelo pregoeiro que fere os princípios da legalidade e razoabilidade e a irrestrita vinculação ao instrumento convocatório Edital PE 63/2020, pois bem o PE 63/2020, foi marcado a abertura de propostas e disputa de lances: 25/06/2021, às 10h00 (Hora de Brasília), quando da análise da documentação o pregoeiro e sua equipe de apoio, Habilitou a requerida, nos termos do edital, visto segundo o pregoeiro e a equipe de apoio, que a requerida, ressaltamos que equivocadamente, cumpriu com o preceitos de habilitação do item 13 e seus subitens como iremos demonstrar a seguir:

Vejamus literalmente e claramente o item 13 e seus subitens do Edital em questão:

##### "13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante, bem como de seu(s) responsável l(is) técnico(s), Engenheiro Civil, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), conforme o Art. 30, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93;

A requerida enviou a Certidão de Registro e Quitação de pessoa jurídica nº NET - 000038075 - onde somente consta no seu quadro técnico o senhor JOSÉ CASSEMIRO JUNIO DE SIQUEIRA OLIVEIRA - CARTEIRA Nº 14832/D - RO - Eng. Civil, conjuntamente a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física nº NET 000040033 - pertence ao engenheiro acima mencionado onde consta como RESPOSSABILIDADE TÉCNICA da empresa ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI.

13.8.2. Capacidade técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, Engenheiro Civil, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93; As quais sejam de instalação, montagem e automação de Estação Compacta de Tratamento de Esgotos - ECTE;

A requerida enviou os seguintes ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, para em tese atender esse item, mais, no entanto veremos que na realidade não demonstrou em sua totalidade como leciona o Edital, se não vejamos;

1 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pelo Condomínio Residencial Volpi II - o presente atestado apenas atesta que a requerida executou o serviços de manutenção preventiva, corretiva, limpeza de caixas de gordura e desobstruções da rede de esgoto e tubulações da ETE já existente no Condomínio, foge totalmente da semelhança do objeto que é aquisição e construção civil. (NÃO ATENDE O EDITAL)

2 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pelo Hospital Regional de Burity - RO, atende ao objeto licitado, no entanto foi apenas apresentada a ART de execução nº 2320208300309978 - RT JOSÉ CASSEMIRO JUNIO DE SIQUEIRA OLIVEIRA - que no caso em questão para atendimento do item acima, tem que ser a CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL - a ART por si só não atende a capacidade técnica do profissional. (NÃO ATENDE O EDITAL)

3 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - emitido pelo Condomínio Veredas do Madeira - o presente atestado apenas atesta que a requerida executou o serviços de manutenção corretiva na ETE já existente no Condomínio, foge totalmente da semelhança do objeto que é aquisição e construção civil. (NÃO ATENDE O EDITAL)

4 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - emitido pela Secretaria de Estado de Justiça - RO, atende ao objeto licitado, no entanto a CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL nº 8207518625 pertence ao Sr. GILBERTO DAS DORES MORAES DO AMARAL - Engenheiro Sanitarista e o mesmo não faz parte do quadro técnico permanente da requerida e nem apresentou declaração de responsabilidade técnica conforme preceitua o Edital desta forma não atende o Tem 13.8.4 ou 13.8.5 (NÃO ATENDE O EDITAL)

5 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - emitido pela Secretaria de Estado da Justiça contrato nº 357/PGE - o presente atestado apenas atesta que a requerida executou o serviços de operacionalização, manutenção, monitoramento, limpeza, desobstrução e esgotamento da rede do Centro de Ressocialização Cone Sul- SEJUS da ETE já existente no local, no entanto foge totalmente da semelhança do objeto que é aquisição e construção civil. (NÃO ATENDE O EDITAL)

6 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pela Secretaria de Estado da Saúde - RO, atende ao objeto licitado, no entanto não foi apresentada a CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL - (NÃO ATENDE O EDITAL)

13.8.3. Acervo técnico do(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante, por execução de obras ou serviços de construção civil de características semelhantes ao objeto da licitação, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela obra;

A requerida enviou os seguintes ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, para em tese atender esse item, mais, no entanto veremos que na realidade não demonstrou em sua totalidade como leciona o Edital, se não vejamos;

1 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pela Prefeitura de Ministro Andreazza - RO, não atende ao objeto licitado, no entanto foi apresentada a CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL - de serviços de pintura e massa única, que são serviços irrelevantes com Objeto licitado. (NÃO ATENDE O EDITAL)

2 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pelo Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - pessoa física, atende ao objeto licitado, no entanto foi apenas apresentada a ART de execução nº 2320208300284766 - RT JOSÉ CASSEMIRO JUNIO DE SIQUEIRA

OLIVEIRA – que no caso em questão para atendimento do item acima, tem que ser a CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL – a ART por si só não atende o item 13.8.3, apenas afirma que foi registrada. (NÃO ATENDE O EDITAL)

13.8.4. Os acervos técnicos só serão aceitos, se os profissionais em pauta estiverem relacionados na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA ou se possuírem vínculo com a licitante, na data da licitação, que deverá ser comprovado através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de trabalho;
- b) Contrato Social;
- c) Contrato de prestação de serviços;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica de vínculo de cargo e função do CREA;
- e) Contrato de trabalho registrado na DRT

13.8.5. Termo do qual o profissional assuma responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada; "

A requerida enviou apenas as Declarações de Responsabilidade Técnica dos Senhores Eng. Civil CASSEMIRO JUNIO DE SIQUEIRA OLIVEIRA e Eng. Sanitarista ADALBERTO BRAGA DE CARVALHO, Não apresenta prova de vínculo do Senhor Sr. GILBERTO DAS DORES MORAES DO AMARAL – Engenheiro Sanitarista.

Vejamos o que leciona o Edital sobre esse tema:

13.9.4. O(A) PREGOEIRO(A), EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM 13.9.

13.9.4.1. Caso a empresa identifique a necessidade de reenvio de documento (habilitação) a solicitação deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido no subitem 13.9 do Edital.

13.10. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

2 - DO MÉRITO

Então, partindo dos pressupostos claramente e vastamente demonstrados acima, configurando assim total descumprimento dos itens do Edital acima atacado.

### 3 - DOS FUNDAMENTOS

A manutenção da decisão que declarou Habilitada a empresa recorrida contraria diversos dispositivos legais e princípios da licitação, como veremos a seguir.

O primeiro princípio que violado é o da vinculação ao Edital, que vem previsto no art. 41 da Lei nº 8.666/93.

Ao Habilitar as propostas que não atendem as exigências do Edital, o ilustre Pregoeiro se desvinculou das regras contidas no ato convocatório. E o art. 41 da Lei nº 8.666/93, vincula estritamente, o Administrador, às condições editadas por ele mesmo.

Oportuno trazer à baila as lições da mestra Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que nos ensina:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital." (in Direito Administrativo. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 200. p. 318) (destacamos)

Esse fato também viola o princípio do julgamento objetivo, que assegura a todos os participantes da licitação, que o julgamento de suas propostas será realizado dentro dos parâmetros previstos no Edital, o que trará a segurança necessária para que se tenha uma isonomia entre eles.

Sobre o princípio do julgamento objetivo, oportuno observarmos o que preleciona o notável catedrático das licitações Jessé Torres Pereira Junior, na sua obra basilar "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública" (6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003):

"o (princípio) do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos pelos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; o art. 45 ilustra o propósito do princípio ao estatuir que "O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle." (p. 55 - nosso o parênteses).

Ao Habilitar as propostas da recorrida, cuja sua habilitação técnica não atendem os requisitos do Edital, feriu-se também o princípio da ISONOMIA, que determina que a Administração deverá tratar todos os licitantes de maneira igual e vem estampado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, juntamente com outros princípios:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."(destacamos).

A fim de garantir a ISONOMIA, o já citado art. 41, da Lei nº 8.666/93, determina que o Administrador atue de forma estritamente vinculada às regras do Edital:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." (destacamos)

Oportuno apresentar novamente os ensinamentos do mestre Marçal Justen Filho, que professa com profunda sabedoria, ao comentar o art. 41 da Lei nº 8.666/93:

**1) Natureza Vinculativa do Ato Convocatório**

O instrumento convocatório (seja edital, seja convite) cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666. 2º6

O descumprimento às regras do edital acarreta a nulidade dos atos infringentes. A extensão do vício, contudo, dependerá da análise do caso concreto. A nulidade de um ato, no curso da licitação, dificilmente reduz seus efeitos a apenas o ato viciado. A natureza procedimental da licitação acarreta um vínculo de sucessividade entre as diversas fases e os diversos atos que se sucedem no tempo. Como regra, os atos anteriores definem e condicionam os atos posteriores. Em um procedimento, cada fase pode, teoricamente, desenvolver-se de diferentes formas e em diversas circunstâncias. A definição concreta de como os fatos se passarão efetiva-se em cada caso concreto, tendo em vista os fatos antecedentes. Caracteriza-se uma espécie de relação de causa e efeito entre os atos posteriores e os anteriores. O vício de um ato contamina os que a ele sucedem, desde que por ele sejam condicionados. Mas a nulidade não produz, como regra, efeito sobre os atos antecedentes.

Isso permite afirmar que, quanto mais antecedente (no curso da licitação) seja o ato viciado, tanto mais extensa será a série de atos contaminados pelo vício. A nulidade do edital acarreta a necessidade de seu refazimento. Logo, todos os atos posteriores perderão seu fundamento de validade. Mas a nulidade da decisão que julga as propostas não acarreta vício do edital nem da decisão que decide a fase de habilitação. Eventualmente, porém, o vício de um ato no curso da licitação poderá prejudicar inexoravelmente a própria licitação. Muito embora os atos anteriores fossem válidos, tornar-se-á necessário renovar sua prática. Esse efeito não deriva propriamente do vício do ato, mas da conjugação dos efeitos do vício aos princípios norteadores da licitação. A declaração da nulidade do julgamento da habilitação pode, eventualmente, acarretar a necessidade de reiniciar a licitação. Isso ocorrerá quando já tenham sido abertos os envelopes de propostas. O princípio do sigilo exige, nas concorrências, que somente sejam abertos os envelopes dos licitantes habilitados. A renovação do julgamento da habilitação não pode se fazer com o conhecimento público do conteúdo das propostas. Como o sigilo, uma vez rompido, não pode ser refeito, a única solução será reiniciar a licitação. (Op. cit. p.417-418) (grifos nossos)

O princípio da ISONOMIA, não só nas licitações, mas em todos os atos da Administração Pública, é requisito essencial para sua validação, pois a sua não observância nega o propósito de todas as leis, que visam à garantia e à segurança jurídica.

Sobre essa matéria, pedimos vênias para trazer à colação, os ensinamentos do inquestionável mestre do Direito Administrativo, Hely Lopes Meirelles, que nos ensina que:

“Igualdade entre os licitantes: a igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital, favoreçam uns em detrimento de outros, que mediante julgamento, que designe os iguais ou iguale os desiguais.

O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público”.

(in Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004. pág. 268) (destacamos).

Dessa forma, urge que o Senhor Pregoeiro reconsidere sua decisão de Habilita empresa ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI., tendo em vista que a mesma não atendeu as exigência dos itens do Edital acima demonstrados, .

**DO PEDIDO**

Solicitamos ainda análise e consideração uma vez que não atendeu os 13.8., subitens 13.8.2, 13.8.3, 13.8.4 e 13.9.5 do Edital do PE 149/2020.

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração licitante, mais ao mesmo tempo não se pode passar por cima de princípios que a atendam a legislação vigente. Quer crer a requerente que as possíveis irregularidades encontradas no julgamento ocorrido tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. Para acolher as alegações trazidas a lume e Inabilitar a empresa requerida com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.

Caso nosso pedido não prospere, buscaremos esclarecimentos junto aos órgãos Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público do Estado.

Termos em que  
P. e E. Deferimento

Porto Velho, 02 de julho de 2021.

---

KELSON CARLOS CARNEIRO  
PORTO CONSTRUÇÕES LTDA  
CNPJ:07.087.243/0001-58  
REPRESENTANTE LEGAL

Fechar